

PARLAMENTARES ATACAM O AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA

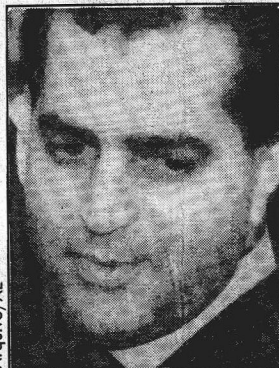
Negociação será difícil no Congresso. Deputados exigem contrapartida do governo, com corte de despesas.

O aumento de 5% nas alíquotas de todos os impostos e contribuições federais foi decidido às vésperas do anúncio do corte de US\$ 22,1 bilhões no Orçamento do próximo ano e adotado à revelia dos líderes do governo no Congresso, que já começaram a protestar contra a medida. O líder do bloco do PFL na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (BA), disse ontem a jornalistas que só apoiaria o anunciado aumento de impostos se o governo fizesse a sua parte, o que a seu ver está longe de acontecer. "Aumento puro e simples de impostos, não", completou.

O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) quer que o ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, promova uma reunião com os líderes de todos os partidos para explicar melhor o seu plano e avaliar as chances de aprovação em cada bancada. Inocêncio avalia que o governo terá muita dificuldade para aprovar as medidas,

sem uma ampla negociação.

"Para mim, foi uma surpresa", reagiu o líder do governo na Câmara, Roberto Freire. O líder no Senado, Pedro Simon, também teve a mesma reação. Preocupados com as resistências políticas ao plano, eles cobraram ontem da equipe econômica que os bancos também paguem uma parte da conta do ajuste fiscal. "Conhecendo o presidente (Itamar Franco), imagino que ele desejaria alguma coisa que atingisse os bancos", disse Simon. "Lamento tremendamente que não tenha sido proposto o aumento da carga tributária para o setor financeiro", também reclamou Freire. Ambos questionam por que o governo não enviou até agora a proposta de aumento da contribuição sobre



Arquivo/AE

Luís Eduardo Magalhães

o lucro dos bancos. O líder da maior bancada da Câmara, deputado Tarcísio Delgado (PMDB-MG), também cobrou medidas que punam bancos. "Vamos nos bater por isso; temos que fazer mudanças muito rigorosas no sistema financeiro."

Na avaliação de Freire e Simon, são mínimas as chances de o governo aprovar até o final de dezembro as medidas econômicas que dependam de emenda à constituição.

A contrapartida do governo, na opinião de Luís Eduardo, deve ser a redução concreta das despesas, nenhum aumento dos gastos públicos e a privatização. Mas, para ele, "não há sinal de que o governo pense seriamente em reduzir seus gastos". "Os ministérios, mesmos esses que o governo

pretende extinguir — assinalou — continuam gastando à vontade. Estão aqui, no Congresso, mais de 50 pedidos de abertura de créditos suplementares feitos pelos ministérios, com o endosso do governo." Ele citou ainda o projeto que já está na Câmara, determinando a readmissão de "mais de 100 mil servidores demitidos ao tempo do governo Collor".

O governador do Estado de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, disse ontem que não aceita negociar nenhum corte nas transferências de recursos para estados e municípios. Ele se encontra hoje com o ministro Fernando Henrique Cardoso e vai sugerir que o governo federal corte suas próprias despesas para conseguir fechar o rombo no Orçamento de 94. "É falso que a criação do fundo vá permitir que o governo aplique recursos em programas sociais. A própria equipe econômica já afirmou que o corte nas transferências é a única forma de zerar o déficit para 1994," disse.